

Seção Temática

Os usos da teoria de Pierre Bourdieu nos estudos rurais brasileiros

Introdução à seção temática: Os usos da teoria de Pierre Bourdieu e os estudos rurais brasileiros

Introduction to the thematic section:
Uses of Pierre Bourdieu's theory and Brazilian rural studies

Organizadores

 **Arilson Favareto**¹ •  **Rodrigo Constante Martins**²

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st01

Introdução

Em 2022 completam-se duas décadas desde a morte de Pierre Bourdieu, um dos principais nomes da história do pensamento sociológico, com enorme influência reconhecida em todo o mundo. Essa relevância deriva da ambição e do resultado concreto alcançado pelo empreendimento teórico bourdieusiano: ao longo de sua obra ele procurou, nada menos, do que unificar, de forma renovada, as principais tradições explicativas das ciências sociais e que haviam sido, no decorrer de todo o século XX, tomadas como concorrentes entre si ou,

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC (PPGPGT/UFABC). Bolsista Produtividade do CNPq. Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), onde coordena o Núcleo de Pesquisas e Análises sobre Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade. E-mail: arilson@uol.com.br.

² Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Bolsista Produtividade do CNPq. Coordenador do Grupo de Pesquisa Ruralidades, Ambiente e Sociedade. E-mail: rmartins@ufscar.br.

no mínimo, de difícil combinação e conciliação. Bourdieu renova e amplia o uso do conceito de classes sociais e de capital herdados de Marx; faz o mesmo com a ideia de esferas do mundo social de Weber; transpõe fronteiras rígidas entre antropologia e sociologia retomando algo da obra de Mauss; fala das estruturas, sem incorrer em uma ação social sem agente, como era usual em várias abordagens do estruturalismo francês; ao fazer isso recompõe as injunções entre indivíduo e sociedade, tema bastante presente na obra de Durkheim; associa o método etnográfico ao uso de estatísticas; entre tantas outras inovações. E, principalmente, faz tudo isso engendrando um sistema de conceitos robusto e coerente, entre os quais se destacam suas definições de campos, formas de capital, *habitus*. Para muitos não seria exagero imaginar que em futuro próximo o sociólogo francês venha a ser considerado o quarto dos grandes nomes da história da sociologia.

A obra de Bourdieu, no entanto, não se limita às inovações teóricas. Há uma relação direta com a empiria. Esta vinculação necessária termina por tornar tanto mais rigorosa e criativa a leitura de sua obra quanto menos isso se prender à simples sistematização de conceitos. O próprio autor se recusara em diferentes textos e ocasiões a manter-se confinado no debate teórico. Embora existam obras incontornáveis para quem quer entender o pensamento bourdieusiano, como *Esboço de uma teoria da prática* (1972) ou *O senso prático* (1989), é importante lembrar que ele mesmo advertiu em *Esboço de autoanálise* (2004) que suas passagens mais teóricas foram lançadas em notas de pé de página, prefácios ou posfácios. A rigor, seus textos teóricos vão ganhando corpo no adiantado da carreira, mas sempre com fundamento nos estudos empíricos. Somente no livro *Meditações pascalianas* (1997) ele daria respostas teóricas a muitas das críticas que recebeu por se furtar a praticar o que ele classificaria como teórica, prática própria do pensamento escolástico.

Sob o ângulo analítico, portanto, a abrangente e sistemática aplicação do aparato conceitual e metodológico de Bourdieu foi direcionada a vários domínios da realidade empírica: há, em sua obra, uma sociologia dos gostos, a explicação da estrutura e dos modos de funcionamento de campos específicos como o direito, a religião, as artes, a ciência ou a economia. E há obras que se dedicaram especificamente a elucidar aspectos relativos ao que se poderia chamar de mundo rural. Nisso, se destacam dois conjuntos. Uma série de artigos sobre sua região de origem, cada um publicado em uma década (1962,

1972, 1989), e reunidos finalmente no livro *O baile dos celibatários – crise da sociedade camponesa no Béarn* (2002), nos quais um mesmo objeto vai sendo revisitado, à luz de um arsenal interpretativo cada vez mais robusto com o passar do tempo. E a série de trabalhos sobre a Argélia, iniciados ainda na primeira fase de sua trajetória intelectual, em fins dos anos 1950 e que avançaram pela década seguinte: *Sociologie de l'Algérie* (1958); *Travail et travailleurs em Algérie* (1963, em colaboração com Alain Darbel, Jean-Paul Rivet e Claude Seibel); *Le déracinement – la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie* (1964, em coautoria com Abdelmaleq Sayad).

No Brasil, em particular, embora essa importância tenha sido sentida desde cedo e tenha marcado a origem de obras da sociologia rural hoje já tidas como clássicas, como o livro *Sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social*, de Afrânio Garcia Jr. (1989), talvez seja correto dizer que é a partir da virada do século que se multiplicaram as pesquisas apoiadas em sua obra. Entre outros fatores, contribuíram para isso aspectos relativos ao mercado editorial, com o aumento significativo dos títulos traduzidos para o português, bastante restritos até então; à expansão da rede de instituições de Ensino Superior no Brasil e seus programas de pós-graduação, com a multiplicação no número de profissionais da área de ciências sociais; à maior circulação internacional de pesquisadores que puderam tomar contato com os centros franceses que contavam com presença de intelectuais de inspiração bourdieusiana; e a um fator temporal, à medida que a primeira geração de pesquisadores brasileiros que estudaram com o sociólogo francês foram formando mestres e doutores que multiplicaram os usos de seus trabalhos do lado de cá do Atlântico.

Como frequentemente acontece quando há uma disseminação ampla e relativamente rápida de abordagens teóricas complexas e sofisticadas, contudo, a significativa ampliação dos usos da teoria de Pierre Bourdieu se fez, em muitos países, com alguns deslocamentos analíticos, ou mesmo com a simplificação do entendimento ou uso de sua abordagem (WACQUANT, 1989). No Brasil parece não ter sido diferente. Claro que existem boas referências que escapam a essa crítica, desde o já citado livro de Afrânio Garcia Jr. (1989) até obras recentes de Piccin (2021), Meneses (2018), para ficar apenas em uns poucos exemplos e, com isso, assumindo a falha de que outras importantes referências ficam aqui ausentes. Mas não é raro encontrar outros tantos trabalhos, sobretudo nos últimos dez anos, nos quais predomina um uso

fragmentado de conceitos de entendimento relativamente mais fácil como formas de capital, descolados de outros mais complexos como campos e *habitus*, os quais, juntos e de forma interdependente, é o que permitiria uma aplicação mais completa da teoria bourdieusiana. No caso específico dos estudos voltados aos processos sociais rurais, nos quais deveria haver uma análise relacional, muitas vezes operam olhares marcados pela dicotomia, pela separação entre a dimensão sincrônica e diacrônica dos fenômenos, pela oposição entre estrutura e agência, por um privilégio à evidência de conflitos e formas de dominação sem, no entanto, que isso se faça acompanhar de verdadeiro exame das recomposições em curso nessas realidades sob transformação e sobre suas repercussões muitas vezes contraditórias e ambíguas para a condição dos agentes e grupos sociais e suas estratégias.

Este artigo, que abre a Seção Temática da *Revista Estudos Sociedade e Agricultura* em homenagem à obra de Pierre Bourdieu e sua influência sobre os estudos rurais no Brasil, tem, nesses marcos, um triplo propósito. Primeiro, pretendemos destacar inovações da teoria bourdieusiana e seu potencial para pensar as transformações rurais de maneira relacional, para além do que permitiriam abordagens mais tradicionais e de cortes estruturalistas, funcionalistas ou fenomenológicos, perspectivas cujos limites Bourdieu buscou, justamente, superar. Segundo, buscamos enfatizar como ele aplicou essa inovação teórica ao analisar as realidades rurais da Argélia e do Béarn, olhando sobretudo para processos de transformação em conflito, sem, no entanto, restringir-se a uma sociologia de denúncia desses conflitos ou a qualquer forma de saudosismo passadista perante o que se esvaia nessas sociedades em crise. Terceiro, por fim, ao apresentar os demais artigos que compõem esse dossiê e suas contribuições para o entendimento das especificidades do Brasil rural, avançamos também, a título de conclusão, um esboço de balanço dessa produção e arriscamos algumas ideias e questões para uma agenda renovada de estudos de inspiração bourdieusiana sobre esse rural brasileiro. Nesses três movimentos há um fio condutor: a afirmação de que a principal potência da obra bourdieusiana consiste em pensar os processos de mudança e de transformação social, algo que muitas vezes é obscurecido pela classificação tão usual de sua obra como uma sociologia das formas de reprodução social.

Inovações da teoria de Pierre Bourdieu e seu potencial para explicar os fenômenos rurais

Aqueles que não estão familiarizados com a obra de Bourdieu encontram um rico material para entender as inovações por ele introduzidas no pensamento social em obras como *Meditações pascalianas* (1997) e, talvez principalmente, em seu *Esboço de autoanálise* (2004). Ali há um exercício de reflexão que, bem fiel à maneira bourdieusiana, objetiva o sujeito da objetivação, de forma a superar a usual separação entre sujeito e objeto, analisando criticamente as motivações, armadilhas e deslizamentos deliberados ou não conscientes que envolvem o empreendimento científico.

Para bem compreender os avanços analíticos por ele alcançados é preciso sempre recorrer às articulações em movimento entre as dimensões teórica e empírica de sua obra, como mencionado anteriormente. Por exemplo, o conceito de *habitus*, abordado mais adiante e que seria formalizado somente bem mais tarde, embora ainda não denominado dessa maneira, tem sua gênese já em seus trabalhos de campo, particularmente nos primeiros, realizados na Argélia no final da década de 1950, e na pesquisa no Béarn, sua terra natal, no início da década de 1960. A noção de violência simbólica trabalhada nestes estudos também vai evoluindo e sendo refinada em trabalhos posteriores. O conceito de capital cultural resulta dos estudos sobre o sistema de ensino, desde a fase dos trabalhos com o Jean Claude Passeron, da segunda metade da década de 1960, até *A nobreza de Estado* (1989).

Os exemplos são vários. E quando se realiza este percurso é possível compreender, inclusive, como e por que muitos dos conceitos vão se modificando ao longo do tempo. Sabidamente, o conceito de *habitus*, presente embora não anunciado nos estudos sobre a Argélia e o Béarn, não possui definição idêntica àquela empregada, por exemplo, no *Homo academicus*, da década de 1980. E esta diferença está relacionada não apenas com o amadurecimento intelectual do autor, mas também – se não principalmente – com a própria historicidade e trajetória dos objetos e dos estudos empíricos. A dimensão histórica e concreta das articulações empíricas e conceituais é simplesmente incontornável, como bem se vê em seus estudos sobre classes sociais e hábitos culturais como *A distinção* (1979), *O amor pela arte – estudo da frequência aos museus* (1966) ou *As regras da arte* (1992). Esse complexo repertório de estudos forneceu suporte ao intento científico de Bourdieu de lançar suspeição aos “grupos sociais teóricos”, ou às “classes sociais no papel”. Como

ele próprio enfatizou em *Razões práticas* (1994), sua investida científica se inspirava na convicção de que não se pode saber a lógica mais profunda do mundo social sem encontrar a particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada no tempo e no espaço, e que serve sempre à pesquisa como um caso em um universo finito de configurações possíveis.

Nos parágrafos seguintes não se trata de sintetizar essas contribuições e suas amplas relações com um variado conjunto de estudos empíricos nos quais elas foram não só aplicadas mas também forjadas, e sim de, mais modestamente, mostrar como algumas dessas inovações foram sendo formuladas e como elas podem ser especialmente úteis para se pensar processos de transformação social no mundo rural e, em particular, no mundo rural brasileiro. E isso será feito sob a forma de quatro afirmações esquemáticas, por meio das quais procuramos chamar a atenção para formas de utilizar a teoria bourdieusiana e que nem sempre são aquelas que predominam em um contexto de disseminação de seus usos.

Primeira afirmação – não se compreende o que se costuma chamar de mundo rural apenas em seus próprios termos, mas privilegiadamente em sua relação com outros campos ou domínios do mundo social

Quando Bourdieu retoma o conceito de esferas do mundo social de Weber e cunha o seu conceito de campo, ele introduz aí várias inovações. Com Weber, trata-se de compreender que o mundo social é composto por vários domínios que se estruturam segundo regras próprias e que precisam ser bem compreendidas em seus próprios termos, para além dos grandes processos sociais que marcam cada época como o espírito do capitalismo e o crescente processo de racionalização e desencantamento do mundo; a esses domínios o sociólogo alemão havia chamado de esferas do mundo social. Para além de Weber, contudo, trata-se de compreender que essas esferas são apenas relativamente autônomas, pois entre elas operam permanentemente uma variedade de interpenetrações e interdependências; que em cada uma delas, e justamente por meio dessas interpenetrações, os indivíduos usam recursos acumulados em outras dessas esferas; e que há hierarquia dentro dessas esferas e entre elas, a partir das quais os indivíduos buscam sempre lançar mão de estratégias destinadas a manter ou, se possível, melhorar sua posição relativa – a essa unidade ampliada, portanto, em relação à formulação original weberiana em seu escopo e dinâmica, o sociólogo francês chamou de campos.

Essa distinção inicial já permite sublinhar a necessidade de que se olhe para o mundo rural como um campo completamente interdependente e mesmo subordinado, nos tempos atuais, ao mundo urbano. Isso não significa – como faz, por exemplo, a sociologia urbana ou mesmo a sociologia rural que se apoia em versões menos sofisticadas do chamado *continuum* urbano-rural – explicar o rural *pelo* urbano, como se as realidades ou modos de vida rurais estivessem apenas à espera da urbanização ou fossem mero espaço de manifestação de processos sociais, econômicos ou políticos derivados do mundo urbano, sem que seja necessário analisar ou reconhecer o caráter ativo de variáveis representativas de seus elementos internos e que lhe são característicos. Mas não significa, também – como faz, por exemplo, uma sociologia rural que se apoia na dicotomia entre o urbano e o rural –, olhar para a realidade rural como algo antagônico ao mundo urbano, ou como espaço comum de resistência ao que emana da economia e da sociabilidade urbanas, tomando-as apenas como ameaça e forças externas. É preciso – e é justamente isso o que reivindica a abordagem bourdieusiana – uma *análise verdadeiramente relacional*, baseada nas formas de interpenetração e de interdependência entre esses dois domínios.

Não é por outra razão que, ao falar dos camponeses do Béarn, foi preciso compreender os efeitos do processo de urbanização sobre a mobilidade social, sobre o mercado matrimonial, sobre as mudanças demográficas, seus efeitos para a transmissão do patrimônio e para as formas de reprodução social daqueles agentes.

Ao investigar as relações entre os sexos na sociedade camponesa do Béarn, Bourdieu alcançou níveis profundos de desenraizamento contínuo das formas de existência material e simbólica deste campesinato. Por meio dos desencontros entre os sexos, pôde descrever a disjunção traumática entre as competências e expectativas inscritas no corpo do homem rural e os desejos de emancipação das mulheres locais. Mais expostas à influência cultural da cidade, porque eram obrigadas a migrar para estudar, já que o sistema de transmissão do patrimônio fundiário das famílias reservava essa herança aos homens, elas ampliaram suas possibilidades de apreensão do mundo e de delineamento de seu campo de possíveis. Isso incluiu o domínio da leitura, o acesso aos jornais e revistas, o alargamento dos horizontes do gosto. Estas mulheres passaram a perceber e avaliar esses homens através de lentes urbanas que desvalorizavam radicalmente os seus modos de existência originais. Com a unificação do mercado matrimonial, e com a cidade e seus símbolos representando uma

possibilidade de emancipação, a mulher se tornaria o Cavalo de Troia daquela sociedade camponesa. E, *pari passu*, os efeitos das categorias urbanas de julgamento foram se projetando sobre o reconhecimento do homem camponês a respeito do seu próprio mundo, com implicações decisivas sobre seu comportamento e mesmo sobre a estética de vida cotidiana. O exemplo maior deste processo seria, para Bourdieu, a do baile de Natal, quando, dominado pela vergonha de si e do seu corpo, o homem camponês consolidaria a visão de si próprio através dos olhos dos dominantes, vivenciando os seus modos de pensar, de sentir e de se comportar como degradados e degradantes.

Com efeito, por meio de uma aparente alteração estrita no julgamento estético, Bourdieu consegue desvendar a transformação profunda que atingiu todas as dimensões daquela realidade local, desafiando as tradições e forçando recomposições nas formas de posicionamento destes agentes. Também é exatamente pela necessidade de um olhar relacional que a análise da condição camponesa na Argélia feita por Bourdieu partia dos efeitos, mas também das recomposições decorrentes das tensões entre estruturas econômicas e estruturas temporais, aquelas baseadas na tradição, e aquelas que então introduziam o cálculo, a vida monetária, a organização do tempo e das expectativas pressionando as tradições constituídas e encetando mudanças de comportamento, o que leva à segunda afirmação.

Segunda afirmação – as mudanças relacionais vividas pelo mundo rural em uma sociedade cada vez mais urbanizada provocam constantes mudanças nos modos de ser e de viver

Em um mundo em crescente processo de urbanização, a dominância (nunca absoluta e sempre relacional) do urbano sobre o rural vai assumir distintas formas: econômicas, políticas e, sobretudo, simbólicas. Isso não equivale a dizer que houve ou haverá um apagamento do rural nem que é possível sua preservação intocada – sempre ocorre uma ressignificação. O que se passa é que, nesse processo, novas funções são exigidas desse mundo rural pelas e para as sociedades urbanas. E novos atributos são exigidos desses habitantes do mundo rural, para poderem se reposicionar perante a essas mudanças. Aqui entram em cena dois outros conceitos inovadores da sociologia bourdieusiana: formas de capital e *habitus*.

Quando Bourdieu retoma o conceito de capital de Marx, tal como ele havia feito com certos componentes da sociologia weberiana, há, também aqui, uma

ampliação e uma atualização. Por ter vivido um século depois de Marx, Bourdieu entendeu que não é só o capital econômico o que importa na dinâmica do capitalismo e que outros trunfos ou ativos também podem ser mobilizados pelos agentes em suas estratégias de reprodução social: o capital cultural, o capital político, o capital social, o capital simbólico, ou outras formas de capital mais típicas de cada campo e neles valorizadas (como o capital científico, entre cientistas e intelectuais). E também por ter vivido uma outra etapa do desenvolvimento capitalista, Bourdieu pôde compreender que a clivagem analítica e política baseada nas duas grandes classes fundamentais – capitalistas e trabalhadores – era insuficiente para instrumentalizar o entendimento das sociedades contemporâneas, muito mais complexas e heterogêneas. Isto é, não se trata de dizer que não existem mais classes sociais, mas sim que as distintas formas de classificação não se resumem, como fazia mais sentido à época de Marx, à posição ocupada pelos agentes no mundo da produção, e sim às várias possibilidades de interpretação e posicionamento na (e diante da) realidade social.

Justamente por isso Bourdieu mostrou também que as formas de posicionamento dos agentes não se resumem à simples posse de um coquetel de capitais, como erroneamente interpretam alguns, e que, tanto quanto o acesso e uso desses recursos, importam também o que se faz com esses capitais, e como se estrutura e funciona a disposição para acumular ou não esses recursos. É para a explicação desse componente das formas de ação social que se formula o conceito de *habitus*, como disposição a agir. O *habitus* bourdieusiano assume, como em Marx, que há algo de não consciente na ação dos sujeitos, mas vai bem além da definição marxiana de ideologia ou dos conceitos de alienação e estranhamento, sem necessariamente rivalizar com eles. A definição de *habitus* também admite, como em Weber, que a ação social, para além da razão instrumental, pode sustentar-se na tradição ou em valores; mas vai além, ao tentar explicar como as disposições a agir de determinada maneira resultam não só de formas de dominação que lhes são correspondentes e que estruturam a tipologia weberiana, mas também e principalmente da própria trajetória social dos indivíduos e suas experiências. Por ser, ainda, da geração posterior a Freud – com quem, diga-se de passagem, há um diálogo presente, mas implícito ao largo de sua obra –, Bourdieu pôde se valer da ideia de que o inconsciente importa e buscar compreender os determinantes sociais dessa ação não consciente. Mais do que isso, procura ainda explicar como e por que esse *habitus*

está sempre em movimento, revelando, mais uma vez, que não se trata somente de reprodução, e sim de permanente recriação, em forma ativa e em interação direta entre estrutura e agência, vendo o *habitus* como estruturas, a um só tempo estruturadas e estruturantes.

O conceito de *habitus* é o menos sistemático e talvez seja também o mais complexo do pensamento bourdieusiano. Prova disso é que há muito mais definições diferentes sobre ele ao longo de sua obra do que no caso dos conceitos de campos e formas de capital. Também sua operacionalização é muito mais complexa: não é simples capturar e sistematizar regularidades relacionadas às formas de classificação do mundo social pelos agentes e sua tradução em disposições a agir desta ou daquela maneira em processos que são dirigidos tanto por fatores objetivos como subjetivos, conscientes e não conscientes. Para os efeitos dessas notas, basta dizer que essas disposições são sempre e permanentemente afetadas e transformadas pela trajetória e pela experiência social dos indivíduos.

Se os campos sempre mudam, por suas contradições internas e pelas tensões com outros domínios da vida social, é, pois, evidente que haverá, nesse movimento, sucessivas dessincronizações e recomposições entre campo e *habitus*. Essa expressão é do próprio Bourdieu, quando relata o desencaixe que a introdução do cálculo e da monetização da vida social produz no *habitus* das sociedades tradicionais argelinas, algo visto, por exemplo, no espanto de um velho camponês quando seu filho reivindica, agora, uma retribuição monetária pelo tempo que terá que dispensar ao trabalho nas terras da família, algo, por sua vez, compreensível quando se toma por critério as exigências e necessidades dos jovens em uma sociedade na qual o acesso a espaços e a experiências vai passar, cada vez mais, pelo consumo de bens e de sensações para as quais o dinheiro importa. Para os mais velhos, isso representava uma anomalia no universo de reciprocidades que organizava a vida social até então, no qual o trabalho comunitário e familiar era regido por outra lógica. Mas para as gerações mais recentes, o dinheiro passava a ser mesmo uma condição para sua inserção e reprodução em um mundo novo que se mesclava ao mundo das tradições, forçando sua recomposição. É assim que um aparente antagonismo se revelava então como unidade, com suas ambiguidades e interpenetrações contraditórias e conflitivas e que só poderiam ser compreendidas relativamente, a partir da reconstituição da rede de interdependências que sustentam o real e as perspectivas diferenciadas de cada agente, por sua vez,

tributárias de sua posição nas estruturas de um campo onde o velho e o novo se confrontam permanentemente.

Terceira afirmação – as mudanças provocadas nunca são unívocas ou isentas de contradições e ambiguidades, daí a necessidade de compreendê-las, dando igual atenção às estruturas que condicionam a ação e às formas pelas quais a ação social exerce a margem de liberdade que existe para cada indivíduo, apesar dos condicionantes estruturais

Bourdieu inovou também em vários aspectos metodológicos. Mas é preciso lembrar que não existe método sem teoria. Bourdieu disse certa vez que não se pode reencontrar o real combinando duas abstrações – uma teórica, outra metodológica. O método é a forma de operacionalizar os conceitos, convertidos em variáveis que se possa manejar empiricamente por meio da pesquisa aplicada. Cada teoria pede um método coerente com ela. Sobre isso, há dois aspectos que se pode destacar nas contribuições, portanto, inseparavelmente teóricas e metodológicas de Bourdieu.

O primeiro é, como já foi dito, a maneira engenhosa como ele vai associar a produção e o uso de estatísticas ao método etnográfico. Esses dois tipos de instrumento de coleta e organização de dados raramente andam juntos, mas, quando combinados em um método, oferecem uma poderosa maneira de reforçar e complementar o tratamento quantitativo e qualitativo daquilo que se quer compreender por meio de diferentes instrumentos de objetivação. A observação etnográfica pode ser convertida em análise relacional com apoio de métodos estatísticos e sua quantificação tomar a forma da representação esquemática – é o que dá origem aos tão conhecidos gráficos bidimensionais como visualização dos campos e, neles, do posicionamento diferenciado dos agentes em sua hierarquia interna como espaço estruturado dos pontos de vista. E os dados estatísticos disponíveis podem ser interpretados ou reclassificados à luz do olhar etnográfico, permitindo maior elucidação dos determinantes da ação social dos indivíduos, indo além da simples morfologia ou de uma sociografia classificatória meramente derivada e dependente dos números.

O segundo aspecto a destacar diz respeito às etapas explicativas. Enquanto antes de Bourdieu as principais correntes do pensamento social se dividiam entre dar ênfase às estruturas ou à ação, em sua obra essa dicotomia é transformada em dois momentos da análise. Isto é, não importa por onde se comece, mas em todo caso será sempre preciso: entender como as estruturas

condicionam e delimitam o espaço de liberdade de cada agente e, a partir daí, como os agentes usam esse pequeno espaço de liberdade que lhes resta para levar adiante suas estratégias; ou, inversamente, começar explicando como se dá a ação social dos agentes e, a partir daí, quais são os determinantes estruturais que operam em seu constrangimento, evidenciando o campo de possíveis no qual ela se deu.

Esse tipo de posição metodológica é o que permitiu a Bourdieu distanciar-se tanto da ingenuidade do racionalismo e das vertentes dominantes do chamado individualismo metodológico, que transformam uma das possibilidades de ação social – a ação racional e autointeressada – na única forma de ação social possível, como também da tradição estruturalista na qual quem age nunca são os indivíduos reais, e sim as estruturas que estariam sempre a operar por meio deles. É isso o que permitiu também uma abertura para se compreender a pluralidade, a heterogeneidade e o caráter não preditivo da ação social, a qual, ainda que condicionada socialmente, nunca é predeterminada. De maneira fiel à melhor herança marxista, é preciso o exame concreto das condições reais da ação social, entendendo a dialética das contradições.

É por essa razão que, em Bourdieu, se há sempre uma busca por elucidar os mecanismos de dominação, não há, por outro lado, exaltação de práticas ou personagens, algo muitas vezes presente em uma sociologia de denúncia, na qual certos movimentos ou grupos sociais são apresentados como polo íntegro e isento de contradições e ambiguidades, responsáveis pela defesa de um universo visto como antitético ao mundo do capital, da razão ou da modernidade. Nem há vitimismo ou nostalgia de um mundo em vias de transformação, embora sem abrir mão da necessidade de evidenciar o ponto de vista desses agentes dominados e suas práticas. Para além disso, Bourdieu convida a examinar: qual a pluralidade de reações possíveis e postas em movimento ante a processos de dominação; em que bases eles se sustentam, muitas vezes contando inclusive com a adesão (sempre constrangida, é claro, mas também consentida, tantas vezes) de parcelas desse mundo dominado; quais as contradições e ambiguidades que se estabelecem entre dominantes e dominados, mas também entre dominantes e entre dominados – vale lembrar do recurso tantas vezes usado por Bourdieu e de seu alerta para a necessidade de reconhecer e explicar as frações dominadas dos grupos dominantes, ou as frações dominantes dos grupos dominados.

Mais uma vez voltando aos exemplos de seus estudos sobre o Béarn ou sobre a Argélia, não é por outra razão que Bourdieu deu ênfase a clivagens internas a grupos dominados e como essas clivagens ajudaram a entender a natureza e o sentido das transformações, como no caso das diferenças de gênero, no primeiro caso, ou das diferenças geracionais, no segundo, e como elas são, a um só tempo, efeito e suporte das mudanças que abalam os quadros tradicionais daquelas sociedades rurais. No contexto destes estudos, o objeto de Bourdieu poderia ser definido como a inadequação das estruturas econômicas em mudança às disposições, representações e valores do campesinato argelino, socialmente soado, distante do senso prático dos mercados urbanos. O sentido de inadequação e a noção de senso prático servem à Bourdieu como importante caminho para a recusa dos enfoques de aculturação e, principalmente, do argumento positivista dos obstáculos culturais à modernização. Como bem observou Lahouari Addi (2002), trata-se de uma modalidade de “sociologia das disposições temporais”, recorrendo à espacialidade e à história, e propondo ir além dos essencialismos, fossem eles materiais ou culturais.

Expandindo o argumento, os fenômenos que os estudos rurais contemporâneos vêm aprisionando nas fronteiras das vagas noções de *continuum* ou de dicotomia rural-urbano, talvez possam ter a interpretação enriquecida se analisados em termos de campo dos possíveis nos contextos territoriais. Ou seja, se compreendidos na malha de relações que tecem o local nas interdependências e interpenetrações com outros espaços, atravessados por formas de capital e disposições que não podem ser construções apriorísticas. Tal como fizera Bourdieu em sua crítica ao utilitarismo e à teoria da escolha racional, convém considerar que mesmo o *habitus* não encerra as margens de liberdade dos agentes. A ideia de que o capital econômico seja *a priori* força motriz do moderno, do *continuum*, ou inversamente, que o rural é apenas o local da oposição e resistência a essa força, é algo que tornam opacas à análise as manifestações e alcances de modalidades concorrentes de outras formas de capital simbólico e de exercício da violência simbólica. Reconhecer o capital econômico como forma dominante de capital nas sociedades modernas, não implica reduzir todos os processos e feitos sociais à sua lógica. Aceitar isso, seria fortalecer a própria economia como campo do saber dominante nas ciências sociais, impondo os condicionantes econômicos como forma única de racionalidade, com prejuízo aos fenômenos da cultura e da política, por exemplo, que ora delimitam, ora borram fronteiras territoriais.

Ao abordar essas contradições e ambiguidades, Bourdieu e os estudos bourdieusianos de boa cepa estão ampliando as possibilidades de entendimento das formas sociais de dominação. Trata-se de compreender que somente o exame profundo da heterogeneidade na manifestação social dos processos de dominação e o entendimento de suas contradições e ambiguidades é o que pode reconciliar os agentes com as condições nem sempre visíveis e conscientes de suas práticas, desvelando a intransparência básica que marca o mundo social e viabilizando, por aí, a ampliação de sua capacidade de agência sobre esses mesmos condicionantes não conscientes de sua ação.

Quarta afirmação – inovações temáticas no campo dos estudos rurais, tal como as implicadas nas articulações entre palavras-chave como ruralidades e ambiente, demandam esforços de interpretação que recuperem a gênese de disposições duráveis que se renovam e se reinventam em termos históricos e territoriais

No campo da sociologia rural, a entrada em cena da moderna questão ambiental como eixo de construção de novos objetos data do final da década de 1970. No caso brasileiro, isso se dá quase duas décadas mais tarde. Notadamente, o debate relativo à sustentabilidade socioambiental dos espaços rurais se organizou, ao menos no âmbito das políticas de Estado, em torno da classificação essencialmente econômica das experiências sociais sobre os territórios. De modo geral, não tem sido senão através das categorias econômicas que se tem discutido politicamente a sustentabilidade dos recursos sociais e naturais dos territórios rurais. Este foi o caso, por exemplo, do encaminhamento nas duas últimas décadas de propostas de políticas públicas voltadas ao zoneamento econômico-ecológico para a exploração dos recursos naturais, ou mesmo o caso da promoção de externalidades econômicas positivas decorrentes do reflorestamento e da conservação do solo. Ademais, a elaboração de indicadores quantitativos ponderados por meio de critérios de escassez, a tentativa de mensuração da disponibilidade da sociedade em pagar pela preservação ambiental e a construção de mercados para os serviços ambientais dos ecossistemas rurais têm sido apresentadas como rumos inequívocos da moderna gestão socioambiental dos territórios.

É claro que também aqui há as exceções. Nos estudos aplicados sobre o rural brasileiro, a introdução da variável ambiental como critério incontornável dos processos sociais rurais, no âmbito daquilo que se convencionou chamar de nova

ruralidade, há autores (alguns deles sem necessariamente utilizar o referencial teórico bourdieusiano), que sempre chamaram a atenção para aspectos como: as articulações entre esse reposicionamento da questão ambiental com os modos de vida de agricultores, como na obra de Maria Nazareth Baudel Wanderley e Maria José Carneiro; a essencialidade não redutível a aspectos monetizáveis de certas funções do mundo rural, como bem apontou José Eli da Veiga; as repercussões multidimensionais, das novas relações entre sociedade e natureza, para além da economia e dos usos econômicos dos recursos naturais, como nos vários trabalhos de Ricardo Abramovay.

Apesar disso, e voltando ao âmbito da política de Estado, a simples separação, que durante muito tempo vigorou no caso brasileiro, das atribuições de gestão dos espaços rurais em dois ministérios, um voltado à agricultura convencional e outro à agricultura de base familiar, sendo o segundo claramente periférico em relação ao primeiro, é mostra de como a visão economicista prevaleceu. E mesmo no âmbito da estrutura governamental dedicada à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural, é forçoso reconhecer que a principal política tinha um caráter marcadamente econômico: um programa de crédito que pressupõe certo privilégio da via econômica como estruturador das demais dimensões da vida social rural.

Uma interpretação sobre a consolidação de enunciados econômicos no debate político contemporâneo acerca da questão ambiental e do desenvolvimento rural requer, dentre outros, o aprofundamento analítico sobre o papel das estratégias de classificação no bojo do processo de autonomização relativa do campo econômico. Neste sentido, tal como sugere Bourdieu em *As estruturas sociais da economia* (2000), em termos de nominação das relações e ordem sociais, a teoria da utilidade marginal consiste em um fato histórico-cultural, base sobre a qual as sociedades ocidentais vêm se experimentando desde o início do século XX. Interage, em sentido lato, com as atividades de classificação das experiências sociais – dentre as quais, as experiências de acelerada degradação ambiental dos espaços rurais promovida pela chamada Revolução Verde na agricultura.

Diante da situação de hegemonia teórica dos pressupostos do utilitarismo econômico na elaboração e condução das políticas público-ambientais no rural brasileiro, vale resgatar as críticas empírico-analíticas lançadas por Bourdieu em face do colonialismo e da tentativa de gestão dos corpos (e das formas de agir e pensar) mediante a universalização do *homo oeconomicus*. No caso do estudo sobre a crise da agricultura tradicional na Argélia, Bourdieu destacou o

quão limitante e violenta poderia ser a universalização das expectativas em torno do comportamento de um agente social abstrato e idealizado – o *homo oeconomicus* do pensamento marginalista, lançado pelas autoridades coloniais como referência para impor a ideologia da modernização no contexto colonial.

Para revelar o abalo destas referências sobre os quadros locais de sociabilidades, o autor resgatou o papel desempenhado pelo conjunto dos saberes empíricos nas práticas daquele campesinato. As categorias econômicas capitalistas – tais como a previsão, a organização técnica do trabalho, o crédito e a troca monetária –, ao serem confrontadas com a consciência temporal camponesa, foram por esta assimiladas não através de sua essência ou *tipo puro*. Ao contrário, tais categorias foram depuradas pelas noções de previdência, de ajuda (baseada em laços de consanguinidade reais ou fictícios) e de troca de dons com base na tradição do grupo social.

As trocas culturais efetuadas entre estruturas temporais distintas promoveram, neste caso, uma nova conjuntura social sem o domínio indistinto da ideologia colonial ou mesmo do tradicionalismo local. Do jogo de oposições e valores da economia simbólica resultou aquilo que Bourdieu e Sayad, em *Le deracinement* (1964), denominaram de *coexistência dos contrários*. Esta coexistência, limitada ao que mais adiante Bourdieu designaria por campo dos possíveis, evidenciaria formas de mudança social e de composição de novos *habitus*, repercutindo sobre a construção de visões prospectivas acerca dos espaços sociais específicos.

Neste sentido, a possibilidade de coexistência de distintos *éthos* e da composição de novos *habitus* que resignificam categoriais econômicas é não apenas possível, mas absolutamente pertinente para a construção de visões prospectivas sobre o comportamento dos grupos sociais ante as novas temporalidades que a mercantilização dos recursos naturais incita. Como indica a sociologia bourdieusiana, os indivíduos não podem ser concebidos como simples estátuas econômicas, posto que também são agentes políticos, culturais e pessoas morais, com motivações, interesses e libido construídos relacionalmente. No rural brasileiro, há formas de violência de matriz colonial cujas motivações não se reduzem aos cálculos abstratos do *homo oeconomicus* neoclássico. E esta violência se faz valer também (e não apenas) no acesso e uso dos recursos naturais. Violência simbólica (tácita, cristalizada, história tornada natureza), que chega às práticas de uso dos recursos naturais, mas passa pela propriedade privada da terra e tem seu enraizamento em nossa história colonial e escravocrata.

É certo que recorrer a estas disposições de nossa história colonial e escravocrata não esgota a explicação. Não se trata de tomar este fato histórico colonial como fato social genérico ou generalizante. Este é apenas um dos possíveis pontos de partida. E há sempre o risco de incidir no polo oposto, com certa reificação de modos de vida tradicionais, atribuindo a esses agentes comportamentos e expectativas que, de fato, não são deles, e sim de quem busca alguma forma quixotesca de resistência ao que tantas vezes se chama genericamente de “mundo do capital”. A obra de Bourdieu sempre foi um convite a fugir da simplificação explicativa e das generalidades abstratas. Faz-se necessário produzir estudos que compreendam as mediações concretas para a atualização destas disposições. E esta atualização dependerá de estudos empíricos que busquem a ampliação das estratégias de ação no escopo do *habitus* e de suas articulações com as mudanças nos campos, tomando este também como estrutura estruturante de novas práticas.

Olhares sobre o rural brasileiro em diálogo com Bourdieu: contribuições e questões para uma agenda renovada

Os artigos reunidos nesta Seção Temática publicada como homenagem à obra de Pierre Bourdieu e sua importância para os estudos rurais mostram que, ao menos em parte, aspectos mencionados nas páginas anteriores foram e vêm sendo operados em pesquisas sobre o mundo rural brasileiro.

O texto de Afrânio Raul Garcia Jr. e Marie-France Garcia Parpet, “Mudança social sob a ótica de etnografias conjugadas a métodos estatísticos – ferramentas de Pierre Bourdieu em mundos rurais na Argélia e no Nordeste do Brasil”, condensa de maneira exemplar uma explanação sobre como as principais inovações do pensamento bourdieusiano foram cruciais para a estruturação de um pensamento original acerca das transformações sociais por que passava o Brasil rural a partir do esforço de modernização e de urbanização que o país experimentava no último terço do século XX. Com esse propósito o artigo recupera as formas de articulação entre trabalho etnográfico e uso de estatísticas empreendido por Bourdieu em seus trabalhos sobre a Argélia e como isso influenciou uma geração de pesquisadores, destacadamente aqueles reunidos no âmbito do Museu Nacional. O artigo mostra o processo de desenraizamento das clientelas vinculadas às *plantations* açucareiras, expulsas para periferias das cidades, e também como essa situação, em vez de fazer desaparecer, aprofundou a hierarquia herdada das relações típicas expressas na

oposição entre casas-grandes e senzalas. Ali se pode ver uma análise que articula o entendimento dos modos de dominação em transformação e como, nisso, se dão continuidades, mas também recomposições no mundo social, nas hierarquias e nas estratégias dos agentes.

A importância do artigo, no entanto, vai muito além de recuperar essa influência e mostrar seus resultados em termos de produção de conhecimento sobre o rural brasileiro. Nele se podem ver faces da estruturação deste campo científico, como o papel da circulação internacional de intelectuais e as formas de se converter capitais e construir legitimidade entre pesquisadores e instituições de pesquisa, entre outros. Com isso, o autor e a autora, referências para todos nós que nos dedicamos a esse campo de estudos e que buscamos aprender com a obra de Bourdieu e seus usos, fazem justamente aquilo que o sociólogo francês tanto reivindicava como necessário: um exercício de autoanálise sobre as condições mesmo do fazer científico. Nesses termos, o artigo exemplifica como é errôneo e limitante confinar certas abordagens em estruturas classificatórias rígidas: este não é um texto de sociologia rural, pois há ali uma teoria social, há elementos de uma sociologia da ciência e de uma sociologia dos intelectuais, entre outras variantes. Trata-se, portanto, de um artigo completo, à luz do que se mencionou antes como potências e desafios trazidos pela obra de Bourdieu.

O texto seguinte, de Patrícia Alves Ramiro, tem como título “O declínio da agroindústria açucareira no Nordeste e o acesso à condição camponesa numa perspectiva bourdieusiana”. Há, nele, claro fio de continuidade com a tradição de estudos esmiuçada no artigo anterior. A autora explora um conjunto de considerações de natureza epistemológica, mas também empírica, relacionadas à pesquisa sobre estratégias de reconversão social de famílias que passam da condição de moradores em terras de usina para aquela de assentados de reforma agrária, a partir da situação de falência da empresa, situada no Brejo paraibano. Na nova condição, pode-se compreender como se dá a reconstrução de subjetividades a partir de experiências de desenraizamento, por parte de operários da usina e trabalhadores rurais, e também como mesmo experiências de desclassificação social, como aquela experimentada pelos antigos proprietários, são manejadas em tentativas de recomposição e reconversão social. Fiel à tradição de estudos sobre essa problemática e sobre essa região símbolo das mudanças sociais do rural brasileiro, o leitor encontrará aqui uma boa mostra de uso do trabalho etnográfico para desvelar transformações

estruturais de mais amplo alcance e de como se pode, através de um exame minucioso de aspectos relativos à ordem do subjetivo, objetivar as condições em que estão imersos os agentes e suas práticas.

Maria Catarina Zanini e Miriam de Oliveira Santos, no artigo “Colonos italianos no Sul do Brasil – reflexões a partir da obra de Bourdieu”, como o próprio título já indica, nos levam à análise de uma realidade social relativamente distinta. Muda a história regional em tela e suas articulações com os modos de dominação. Muda também algo relativo à origem social dos personagens. Mas há convergência na recorrência de problemas e as formas de interpretá-los. De início, as autoras mostram como o exame concreto desses processos permite ir além da visão homogeneizante sobre o que seriam as regiões marcadas pela imigração: por meio da análise de duas realidades regionais distintas, fica claro como categorias abstratas precisam ser historicizadas e territorializadas para que se possa chegar ao que há de mais substantivo na estruturação e nas transformações do tecido social desses locais e de seus modos de vida e de reprodução social. Além disso, o artigo é mais um bom exemplo de como questões como honra, lealdade e reciprocidade, religiosidade e imagens de virtudes étnicas operam por meio de processos como estratégias matrimoniais e de transmissão do patrimônio, estigmatização e deslocamentos de formas de reconhecimento identitário como colonos ou agricultores familiares, e como tudo isso amalgama os modos de dominação e os processos de transformação social que atingem, a um só tempo, a esfera das relações pessoais e familiares, a história agrária regional, e as mudanças que se operam nas vinculações entre essas sociedades locais e o contexto mais amplo do país e da vida social em geral.

O texto de Sergio Sauer, “Bourdieu no campo: *habitus*, representações e ‘divisão’ na luta pela terra no Brasil”, aborda as contribuições de Bourdieu para a compreensão dos *habitus* constituídos nas lutas e práticas sociais, com foco em assentamento e acampamentos da reforma agrária. A partir de uma metodologia que articula a teoria bourdieusiana e uma pesquisa empírica realizada no início dos anos 2000 com integrantes de dois assentamentos no estado de Goiás, apresenta a luta pela terra como base para transformações dos valores e representações dos agentes sociais com ela envolvidos e para a ressignificação de sua identidade social, o que se traduziria em novas perspectivas para a compreensão do mundo rural.

Por fim, Ana Louise de Carvalho Fiúza, no artigo “A aplicação da teoria de Bourdieu aos estudos rurais no Brasil”, utiliza ferramentas eletrônicas de

análise de textos para examinar como os trabalhos publicados posteriormente à morte de Bourdieu vêm utilizando suas categorias de análise, evidenciando, por aí, a diversidade deste campo de estudos e, nele, de possibilidades de uso de sua obra. A partir de um conjunto de teses e dissertações selecionadas, a autora analisa a empregabilidade dos pressupostos teóricos de Bourdieu. Conceitos como *habitus* e campos ou de regra e estratégia aparecem como instrumentos relevantes aplicados a temas tão variados como juventude rural ou os significados das aposentadorias rurais. Permanências e especificidades são evidenciadas, mas a autora chama a atenção também para como ocorre o acolhimento a novos valores, que variam conforme o grupo social, as condições materiais de existência e a historicidade construída.

Este conjunto de trabalhos é apenas um exemplo de um conjunto de esforços feitos por pesquisadores e pesquisadoras das várias regiões do Brasil. Simultaneamente à organização dessa Seção Temática, ocorreram também outros momentos de encontro de pesquisadores e de reflexão sobre a obra de Bourdieu e seus usos, alguns deles refletindo especificamente sobre suas aplicações no campo dos estudos rurais, como as mesas organizadas nos Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – Sober, ou no Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs. Nesses vários momentos, apesar do rico debate, não foi possível chegar a um balanço sistemático, e menos ainda a qualquer tipo de síntese. Mas talvez seja válido encerrar este artigo de apresentação da Seção Temática com duas considerações, cuja ambição não pode ser outra se não a de simplesmente provocar uma continuidade dos diálogos entre aqueles que entendem ser possível expandir ainda mais os bons usos da obra de Bourdieu para a interpretação do rural brasileiro contemporâneo.

Primeira consideração – mais do que o uso fragmentado de conceitos, o futuro dos estudos rurais que buscam se inspirar na obra do sociólogo francês precisarão recuperar e lapidar o que se poderia chamar de espírito do pensamento bourdieusiano associado a este tipo de objeto e de fenômeno e que se traduz em uma sociologia das transformações sociais

Ao longo deste texto procuramos chamar a atenção para o fato de que a contribuição de Bourdieu para os estudos rurais brasileiros encontra-se (usando uma fórmula um tanto simplificada, é verdade) em três componentes

de sua obra: a) em um conjunto de conceitos basilares como campo, *habitus*, formas de capital, estratégias e reconversão, entre outros, e, principalmente, em sua articulação; b) em um método, entendido como forma de operar com os conceitos, nos quais o uso combinado de ferramentas como a etnografia e os estudos estatísticos são direcionados ao entendimento dos modos de dominação e aos processos de mudança social; c) um conjunto de estudos aplicados, em particular sobre a França rural e sobre a Argélia, na qual se produz uma sociologia das transformações sociais, para muito além da evidenciação das formas de reprodução social ou do desvelamento de mecanismos de resistência.

Artigos reunidos nesta Seção Temática e outros trabalhos publicados ao longo das últimas décadas são exemplos de esforços de pesquisa que: para analisar fenômenos concretos, olham para o mundo rural em sua interdependência com outros campos ou domínios da vida social; exploram os significados das dessincronizações entre *habitus* tradicionais e novas articulações entre as experiências individuais e a sociedade envolvente; assumem que o espaço da ação social, embora estrangido pelas estruturas, opera práticas apoiadas em formas conscientes e não conscientes de disposições a agir e a dispor de um estoque de recursos utilizados pelos agentes para ser parte do mundo social; consideram que por meio desse duplo movimento entre estruturas que constroem e práticas que exercem um pequeno mas importante grau de liberdade, opera-se um constante processo de transformação e recomposições, marcado por ambiguidades e conflitos.

Levar esse tipo de olhar adiante significa superar um duplo limite. De um lado, aquele dado por explicações generalizantes, que concluem a análise por onde ela apenas deveria começar, a exemplo do que acontece com as várias abordagens que olham para o mundo rural como mera esfera de reprodução do grande capital, antes fundiário, agora financeiro. Se é certo que não se pode explicar fenômenos sociais que acontecem em áreas rurais sem posicioná-los nos marcos desta forma específica de dominação, seria tolice assumir que tudo o que há a dizer pode ser derivado apenas deste processo. Para ficar em apenas um aspecto, a ideia de que se pode explicar tudo a partir desses processos totalizantes simplesmente não permite mobilizar variáveis ou conceitos que ajudem a entender por que essa dominação assume formas tão distintas e variadas em diferentes contextos temporais e espaciais. De outro, há o limite de se fazer o inverso, olhando para a vida social apenas como espaço de resistência, quando a diversidade, a

criatividade e o senso prático dos agentes são muito menos rígidos, mais multifacetados e porosos do que aquilo que pode ser capturado por um olhar dicotômico ou apoiado em uma oposição mecânica a processos de dominação.

Na mesma direção, operar com o espírito do pensamento bourdieusiano associado a este tipo de objeto e de fenômeno também alude à recuperação dos modos de realização dos trabalhos de campo de Bourdieu, e aqui vale lembrar mais uma vez a pesquisa por ele conduzida em sua cidade local. Conforme demonstraram Johan Heilbron e Pernelle Issenhuth (2022), em estudo recente realizado nos arquivos de Pierre Bourdieu, a pesquisa de campo no Béarn teve como mediadores fundamentais a família do próprio sociólogo – particularmente seus pais, que lhe serviram de informantes, auxiliaram na escolha de outros informantes e foram treinados por ele mesmo para, inclusive, aplicar questionários e realizar entrevistas. No Brasil, em um contexto em que a proximidade dos pesquisadores com seus informantes (tais como sindicatos, movimentos sociais e outros coletivos de ação política) torna-se por vezes alvo de críticas metodológicas, algumas bem fundadas, outras nem tanto. Recuperar e dialogar de maneira reflexiva com este artesanato do fazer sociológico em Bourdieu é algo que pode, também, permitir uma nova visada para os debates sobre posições e locais de fala. E isso vale não apenas para os estudos rurais.

Segunda consideração – é preciso uma espécie de eterna vigilância, por parte de pesquisadores dedicados aos estudos rurais, para diminuir a heteronomia deste campo de estudos, muito exposto, pela natureza dos problemas ou pela trajetória social de muitos de seus agentes, ao peso das determinações externas e que acabam por conformar a agenda de problemas e questões privilegiada em cada época

Ao falar do campo científico, Bourdieu dizia que ele seria mais autônomo à medida que conseguisse se proteger das determinações externas. Mas isso não significa o encapsulamento ou a recusa em dialogar com os temas e interesses postos pela sociedade. Isso seria impossível e indesejável. Impossível porque, é preciso lembrar, em sua obra os campos são apenas relativamente autônomos. Não passa de ilusão ingênua imaginar que o mundo da ciência poderia se reproduzir somente em seus próprios termos: seus agentes circulam por outros domínios, há influências recíprocas com o campo da política ou da economia, recursos de diferentes ordens fluem entre essas esferas, há legitimações também recíprocas entre esses domínios. Esse insulamento seria indesejável

porque a ciência deve e precisa se alimentar do diálogo com a sociedade e, ao fazê-lo, deve e precisa contribuir para que exista um mais elevado grau de consciência sobre os processos sociais que são opacos ao olhar do senso comum. Do que se trata, então? De exercitar um equilíbrio difícil entre a permeabilidade a essas influências sociais e uma capacidade de refratar, redirecionar, traduzir essa influência externa nos termos do próprio pensamento científico. Fácil dizer, difícil realizar.

Para operar com esse exercício não autorreferente da autonomia científica, seria preciso, entre outras coisas, que a agenda de pesquisas do campo dos estudos rurais fosse menos suscetível às mudanças de conjuntura. O que vemos é que ao longo das décadas há uma sucessão de temáticas dominantes em teses e dissertações e em eventos científicos, que é excessivamente pautada por mudanças conjunturais: nos anos 1980 houve uma onda de estudos sobre movimentos sociais e assentamentos rurais, nos anos 1990 sobre Pronaf e agricultura familiar, na primeira década deste século sobre nova ruralidade, pluriatividade e desenvolvimento territorial, na década passada sobre sistemas alimentares e afins. Uma vez mais, claro que há as exceções e certos temas seguiram sendo objeto de grupos e linhas de pesquisa ao largo do tempo. Mas o que prevalece é uma migração temática sem que se alcance uma cumulatividade sistemática ou consensos mínimos a partir dos quais se possa consolidar enunciados sobre os problemas.

Outra dimensão de heteronomia e que merece ser objeto de atenção envolve o risco de abordagens que, sob a justa expectativa de dar voz a grupos dominados ou aumentar a visibilidade de conflitos e perspectivas sobre os problemas minimizadas pelo debate público, acabam resvalando em um enfoque excessivamente ideológico sob as vestes de sociologia da denúncia. Não há problema em tal perspectiva de abordagem, em si, desde que isso seja feito acompanhado de uma perspectiva propriamente científica de análise, isto é, acompanhada do devido rigor metodológico e conceitual para desvelamento do real e de uma ambição em mostrar algo que já não se saiba de antemão a respeito do problema proposto. A “sociologia como esporte de combate”, tal como sugerida por Bourdieu, tem justamente este papel: desvelar o que há de social naquilo que nos aparece como natural, cristalizado, e fazê-lo combatendo tanto a força da opressão – vide o volume *A miséria do mundo*, por ele dirigido e publicado em 1993 – quanto a “sociologia espontânea”, acrítica em relação às

visões de mundo, mesmo àquelas produzidas pelos dominados com anseios de subverter a ordem dominante.

Por fim, uma última dimensão que deixa margem à heteronomia do campo científico dedicado aos estudos rurais diz respeito à própria definição de seu objeto maior: o que é o rural, para além de descrições empíricas ou embasadas nas formas de classificação oficial de seus contornos. Se na virada do século houve certa profusão de estudos que buscavam justamente (re)definir o que se pode chamar de rural, o que se fez de certa forma sob a pressão da constatação de que havia deslocamentos ontológicos em algumas de suas definições definidoras, desde então esse debate foi minimizado, sem que, no entanto, se consolidasse qualquer tipo de consenso mínimo a respeito desta natureza ou características incontornáveis do fenômeno.

De tudo o que foi dito, resta apenas reafirmar a pertinência do rural como objeto privilegiado de análises e campo de estudos relevante para o mundo social no século XXI e do potencial ainda não esgotado da teoria bourdieusiana para seu tratamento. Com este artigo introdutório e com esta Seção Temática, esperamos ter sido fiéis ao essencial do pensamento de Pierre Bourdieu, refletindo criticamente não só sobre suas contribuições, mas também sobre algumas das condições e desafios que nos obrigam a ser permanentemente atentos à historicidade e à cientificidade do fazer científico, inclusive quando se trata dos usos de sua obra.

Referências

- ADDI, Lahouari. *Sociologie et anthropologie chez Pierre Bourdieu: le paradigme anthropologique kabyle et ses conséquences théoriques*. Paris: Éditions La Découverte, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Sociologie de l'Algérie*. Paris: PUF, 1958.
- BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique: précédé de Trois études d'ethnologie kabyle*. Paris: LibrairieDroz, 1972.
- BOURDIEU, Pierre. *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Les Éditions de minuit, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

- BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *Méditations pascaliennes*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Le bal des célibataires. La crise de la société paysanne en Béarn*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Esquisse pour une auto-analyse*. Paris: Raisons d'Agir, 2004.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. *L'amour de l'art: Les musées et leur public*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1966.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain; RIVET, Jean-Paul; SEIBEL, Claude. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris; La Haye: Mouton, 1963.
- BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmaleck. *Le déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.
- GARCIA JR., Afrânio. *O Sul: o caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- HEILBRON, Johan; ISSENHUTH; Pernelle. Une recherche anamnétique, le Béarn. In: DUVAL, Julien; HEILBRON, Johan; ISSENHUTH, Pernelle (Orgs.). *Pierre Bourdieu et l'art de l'invention scientifique: Enquêter au Centre de sociologie européenne (1959-1969)*. Paris: Classiques Garnier, 2022. p. 71-120.
- MENESES, Valdênio Freitas. *Saudade e rusticidade: reconversões sociais e sentidos da convivência com as secas entre elites pecuaristas do Cariri paraibano*. 2018. 224 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6584492. Acesso em: 10 set. 2022.
- PICCIN, Marcos Botton. *Os senhores da terra e da guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

Como citar

FAVARETO, Arilson; MARTINS, Rodrigo Constante. Introdução à seção temática: Os usos da teoria de Pierre Bourdieu e os estudos rurais brasileiros. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230207, 7 dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st01.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.